

Encerramento de processo nos autos de insolvência acima identificados, em que são:

Insolvente: IFTE Construções, número de identificação fiscal 505711222, endereço na Avenida de D. Nunes Álvares Pereira, 31, Ourém, 2490-483 Ourém;

Administrador da insolvência: Dr. Jorge Fialho Faustino, endereço na Rua da Capela, 14, Benedita, 2475-109 Benedita.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: despacho proferido em 10-09-2009.

Efeitos do encerramento: extinção da instância nos termos do disposto no artigo 233.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE.

11 de Setembro de 2009. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Simões da Silva de Almeida*. — O Oficial de Justiça, *Paula P. Marques*.
302309767

Anúncio n.º 7324/2009

Processo: 1156/08.0TBVNO Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: PALEGESSOS, Indústria e Comércio de Paletes e Gesos, L.^{da}

Insolvente: ESTUQUEOUREM — Estuques Projectados, L.^{da}

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Estuqueourém, L.^{da}, NIF — 503718920, Endereço: Rua da Fonte, N.º 1, Casal dos Abades — Ourém, 2435-225 Freixianda e que São gerentes da devedora: Elio de Jesus Oliveira e Anabela Almeida de Matos Oliveira, a quem foi fixado domicílio na(s) Morada(s) Indicada(s). -

É administrador da insolvência: *Dr(a), Paula Peres*, NIF — 165192437, BI — 7647435, Cartão profissional — 2960c, Endereço: R. Padre Américo, Edif. Marialva — 1.º J, 3780-236 Anadia. -

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por despacho proferido no dia 10-09-2009.

Efeitos do encerramento: Extinção da Instância nos termos do artigo 233, n.º 1 e 2 do C.I.R.E.

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

Para constar se lavrou o presente e outro de igual teor, que serão devidamente fixados.

11 de Setembro de 2009. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Simões da Silva de Almeida*. — O Oficial de Justiça, *Paula P. Marques*.
302302735

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Anúncio n.º 7325/2009

Processo n.º 1427/09.8TBPRD

Convocatória de assembleia de credores, nos autos de insolvência acima identificados, em que são:

Insolvente: Vítor Manuel Ferreira Duarte, número de identificação fiscal 190612479, bilhete de identidade n.º 7381926, endereço na Granja Velha, 2.º, frente, Cête, 4580-000 Paredes; e

Administrador de insolvência: Joaquim António da Silva Correia Ribeiro, endereço na Rua do Rosmaninho, 35, 1.º, apartado 1.2, Pedrouços, 4425-438.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 14 de Outubro de 2009, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião,

a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

10 de Setembro de 2009. — A Juíza de Direito, *Berta F. Gonçalves Pacheco*. — O Oficial de Justiça, *Ana Guedes*.

302294141

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PENAFIEL

Anúncio n.º 7326/2009

Processo n.º 1679/09.3TBPNF — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Devedor: Linha Suporte — Mediação Imobiliária; L.^{da}
Presidente Com. Credores: DIGICATÁLOGO — Sistemas de Informação Unipessoal, L.^{da}, e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Penafiel, 2.º Juízo de Penafiel, no dia 29-07-2009, às dez horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Linha Suporte — Mediação Imobiliária; L.^{da}, com endereço: Rua Engenheiro Matos N.º 65, 1, 4560-465 Penafiel, com sede na morada indicada.

É administradora da devedora:

Dr.ª Maria Clarisse Barros, com endereço na Rua Cónego Álvares da Costa, 60, Braga, 4715-288 Braga, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa acima identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) Crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 08-10-2009, pelas 13:45 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

31 de Julho de 2009. — O Juiz de Direito, *Pedro Condé Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Humberto Hugo*.

302137017

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ

Anúncio n.º 7327/2009

Processo n.º 1341/09.7TBSCR — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Insolvente: INTELMADE, L.^{da}

Credor: ALUMINADE — Indústria de Alumínios; L.^{da}, e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Santa Cruz, 2.º Juízo de Santa Cruz, no dia 24-08-2009, pelas 23H10, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) Devedor(es):

INTELMADE, L.^{da}, NIF 511033460, Endereço: Parque Empresarial Camacha, Lote 5 Rua Achada Diogo Dias, 9100-Camacha, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Manuel Carlos Oliveira Sobreiros, Endereço: Parque Empresarial da Camacha, Lote 5, Rua Achada Diogo Dias, 9135-000 Camacha.

Fernando Carlos Dias Oliveira Sobreiros, Endereço: Parque Empresarial da Camacha, Lote 5, Rua Achada Diogo Dias, 9135-000 Camacha.

António Carlos Dias Oliveira Sobreiros, estado civil: Casado, nascido(a) Em 02-11-1964, natural de Angola, nacional de Portugal, NIF 172791197, BI 7713379, Endereço: Parque Empresarial da Camacha, Lote 5, Rua Achada Diogo Dias, 9135-000 Camacha a quem é fixado domicílio na(s) Morada(s) Indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio:

Dr. João Manuel Correia Chambino, Endereço: Rua Sargento Armando Ferreira, 12-3.ª-D, 1800-329 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) Crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23-11-2009, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

25 de Agosto de 2009. — A Juíza de Direito, *Rosa Moura*. — O Oficial de Justiça, *Luísa Alves*.

302325942

Anúncio n.º 7328/2009

Processo n.º 1345/09.0TBSCR — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Insolvente: ALUMINADE — Indústria de Alumínios, L.^{da}

Credor: Banco Espírito Santo, S. A. e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Santa Cruz, 2.º Juízo de Santa Cruz, no dia 31-08-2009, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) Devedor(es):

ALUMINADE — Indústria de Alumínios, L.^{da}, NIF 511058322, Endereço: Parque Empresarial Camacha, Lote 5 R Achada Diogo Dias, 9100-000 Santa Cruz, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Manuel Carlos Oliveira Sobreiros, Endereço: Parque Empresarial da Camacha, Lote 5, Rua Achada Diogo Dias, 9135-000 Camacha.

Fernando Carlos Dias Oliveira Sobreiros, Endereço: Parque Empresarial da Camacha, Lote 5, Rua Achada Diogo Dias, 9135-000 Camacha